

Brasil pós-eleições 2018: o neofascismo entra em cena

Ilse Gomes Silva*

Resumo:

Apresento as configurações do Estado brasileiro após as eleições de 2018 quando foi eleito para a Presidência da República Jair Bolsonaro, do partido PSL (Partido Social Liberal). A campanha eleitoral de Jair Bolsonaro foi marcada pela incitação à violência, apologia da ditadura, declarações racistas e homofóbicas. Em seu governo esses elementos se aprofundaram, adquiriram configurações neofascistas e se transformaram em política de Estado, assumindo as configurações institucionais necessárias para orientar a prática das instituições governamentais.

Palavras-chave: autoritarismo, neofascismo, governo.

Brazil after the 2018 elections: neo-fascism enters the scene

Abstract:

I present the configuration of the Brazilian State after the 2018 elections, when Jair Bolsonaro, of the PSL party (Liberal Social Party), was elected to the Presidency of the Republic. Jair Bolsonaro's electoral campaign was marked by incitement to violence and apology for dictatorship, racist and homophobic statements. Furthermore in his government these elements have deepened, taken neo-facist configurations and became state policy, assuming the institutional configurations necessary to guide the practice of government institutions.

Keywords: authoritarianism, neo-fascism, government.

Introdução

A conjuntura política do Brasil apresentou profundas e rápidas mudanças desde junho de 2013, quando as ruas de diversas cidades, em todo o território nacional, foram tomadas por multidões que empunhavam palavras de ordem de combate à corrupção, contra o governo Dilma Rousseff, contra o Partido dos

* Doutora em Política. Professora titular do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís-MA, Brasil. Coordenadora do Grupo de Estudos de Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS). End. eletrônico: ilse.gomes@ufma.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2749-806X>

Trabalhadores e a favor de intervenção militar. Estas manifestações anunciaram as tempestades que estavam por vir nos anos seguintes. Em 2015, logo após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, elas se intensificaram¹, e a bandeira do impeachment alcançou o centro da cena política, alimentada pela política de incitação ao ódio contra os partidos políticos de esquerda e entidades dos movimentos sindical e popular. “Vestidos de verde e amarelo e entoando o hino nacional, apresentaram as bandeiras de “chega de corrupção e intervenção militar já”, “impeachment: tira Dilma”. “Basta, cadeia para os corruPTos”” (Silva, 2016). Esse processo representou o momento em que a direita e a extrema direita, presente nos diversos aparelhos de Estado, especialmente o parlamento e o judiciário, e nos aparelhos de comunicação, tomaram a ofensiva política e alcançaram força suficiente para promoverem o golpe que destituiu da presidência da república Dilma Rousseff, em 2016.

O governo Temer sofreu uma forte resistência dos movimentos sindical e popular, que foram às ruas com a bandeira do “Fora Temer” e contra as reformas neoliberais. Alguns fatos do governo Temer merecem destaque, principalmente os relacionados com o avanço da repressão militar contra manifestantes dos movimentos sindical e popular e contra a população das favelas. A repressão foi intensificada através do decreto de intervenção² na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, assinado em 16 de fevereiro de 2018, em que o governo federal dava carta branca para o Exército entrar nas favelas sob o argumento de combater o crime organizado. A operação tomou um caráter nacional com a experiência do “laboratório do Rio de Janeiro”, quando foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Pública,³ em 27 de fevereiro. Essa movimentação das Forças Armadas⁴ para assumir uma posição de força cada vez maior na cena política brasileira, aumentar sua parcela no orçamento público e blindar suas operações de qualquer questionamento de violação dos direitos humanos ou controle público era um prenúncio do que aconteceria no governo de Jair Bolsonaro.

No governo de Temer ficou claro que a direita e a extrema direita não mediriam esforços para garantir sua ascensão ao Palácio do Planalto. Em 14 de março de 2018, a vereadora do PSOL/RJ Marielle Franco e Anderson Gomes, seu motorista, foram assassinatos, no Rio de Janeiro. Com uma pauta política ligada à defesa dos direitos humanos dos grupos marginalizados e denúncia da ação dos

¹ A *Folha de S. Paulo* divulgou 1 milhão de pessoas em 26 estados. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acedido em 24 de março de 2015.

² Maiores informações em <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-assina-decreto-de-intervencao-federal-na-seguranca-do-rio-de-janeiro.ghtml>.

³ Ver <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-02/governo-publica-mp-que-cria-ministerio-extraordinario-da-seguranca-publica>

⁴ Consultar <https://oglobo.globo.com/rio/comandante-do-exercito-fala-em-evitar-nova-comissao-da-verdade-22413404>

grupos milicianos, Marielle incomodava as forças conservadoras em ascensão no país. Podemos destacar também a prisão do ex-presidente Lula, no dia 07 de abril de 2018, pelas acusações de corrupção movidas pela Operação Lava Jato. Após ser condenado pelo então juiz Sérgio Moro nos processos⁵ do Triplex do Guarujá, Sítio de Atibaia e Instituto Lula, o ex-presidente ficou impedido de ser candidato nas eleições de 2018. Lula saiu da prisão em novembro de 2019, após 580⁶ dias preso na Superintendência da Política Federal, em Curitiba, Paraná, sendo solto somente após a divulgação de mensagens entre os integrantes da Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro, nas quais ficavam claras as intenções políticas de impedir a candidatura de Lula e garantir a eleição de Jair Bolsonaro. Em março de 2021, Lula recuperou seus direitos políticos após o ministro do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, anular processos movidos contra o ex-presidente na 13ª. Vara Federal de Curitiba. No dia 23 de junho de 2021, o Plenário⁷ do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou o ex-juiz Sérgio Moro suspeito para julgar o ex-presidente Lula no processo do Triplex do Guarujá, anulando as acusações de corrupção. E, em 24 de junho de 2021, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, estendeu a suspeição de parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro às condenações referentes ao sítio de Atibaia e do Instituto Lula.

A suspensão dos direitos políticos de Lula, e conseqüentemente a inviabilidade de sua candidatura, garantiram a eleição, no segundo turno, de Jair Bolsonaro, com 55% dos votos do eleitorado brasileiro. A vitória de Jair Bolsonaro representou a ascensão da extrema direita ao executivo federal, sustentada por uma ampla aliança em que participaram os representantes da grande mídia, do agronegócio, da indústria e do setor financeiro, com a cumplicidade do Judiciário. Essa aliança levou o Brasil a alcançar os piores índices de desemprego e de pobreza, a atingir 620 mil mortos pela COVID-19 (2020-2021), a subir de modo assustador os números de desmatamentos e de assassinatos da população das periferias, em sua maioria, negra, das comunidades indígenas e dos grupos LGBTQI+. O que estava em jogo era o padrão de sociabilidade construído desde 1985, com as lutas sociais pela democratização, pelas políticas de respeito aos direitos humanos, sociais e ambientais. O horizonte projetado pelo governo Bolsonaro era a barbárie do neofascismo.

⁵ Ver em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2021/04/15/veja-os-processos-envolvendo-o-ex-presidente-lula>

⁶ Consultar

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/09/interna_politica,805009/depois-de-580-dias-presos-lula-sai-da-cadeia-e-dispara-contra-o-govern.shtml

⁷ Maiores informações em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57590318>

O neofascismo entra em cena

O crescimento da presença dos partidos de direita e extrema direita na cena política de diversos países a partir da década de 1980, principalmente na Europa, chamou novamente a atenção dos intelectuais das Ciências Sociais para a necessidade de se revisitarem o período e as respectivas condições que deram origem aos regimes de exceção no século XX. Com diferentes enfoques e abordagens, os autores se depararam com uma questão basilar para o desenvolvimento da investigação científica que é a escolha da categoria mais apropriada para expressar o fenômeno político e orientar a análise empírica. As categorias mais usadas são fascismo, pós-fascismo, profascismo, neofascismo, conservadorismo, populismo de direita, extrema direita e direita radical.

Os autores se encontram, ao definir o marco temporal contemporâneo de crescimento e consolidação dos partidos de extrema direita nos anos 1980, embora haja aqueles que demarcam a década de 1970, quando deixam de ser marginais, se expandem e conquistam cadeiras no Parlamento.

Nesse período, por uma parte, os partidos de extrema-direita começam a deixar a marginalidade eleitoral em determinados cenários e ocupam assentos em seus respectivos parlamentos como na Áustria, Bélgica, França, Itália, Dinamarca, Noruega e Suíça e, por outra parte, essa família continua expandindo-se na Europa Ocidental (Olascoaga, 2016, p. 09).

Quanto à conjuntura de crise econômica, política e ideológica em que o mundo ingressou a partir da década de 1970 e que se agravou no século XXI, não há discordância significativa, principalmente quanto ao grau de importância que cada aspecto dessa crise assumiu no processo de crescimento, expansão e consolidação dos partidos de extrema direita. As transformações iniciadas na década de 1980 estão consolidadas hoje, como a reestruturação do processo de produção e a desregulamentação das relações de trabalho, a reforma nos aparelhos de Estado, direcionada para a redução dos serviços públicos e universais e dos direitos sociais, e o descontentamento com os partidos de esquerda ou da social-democracia. Desde então, os partidos de extrema direita passaram por diversas fases, se adaptaram à conjuntura, realizaram alianças para participar dos governos e ampliarem o número de cadeiras nos parlamentos, remodelaram o seu programa, a organização e as estratégias de ação (Löwy, 2015).

Dos autores que sustentam que o crescimento dos partidos de extrema direita está concentrado nos aspectos da conjuntura política e na eficácia em estabelecer estratégias exitosas, podemos destacar os trabalhos de Antón-Mellón & Hernández-Carr (2016) e Olascoaga (2016, 2018).

Löwy (2019) afirma que metade do mundo se encontra governada pela direita e extrema direita. Embora com características próprias e de acordo

com a formação sócio-histórica de cada Estado-nação, esses partidos apresentam o nacionalismo, a xenofobia, o racismo, o fundamentalismo religioso, a misoginia e a LGBTfobia como pontos semelhantes. Apesar do retrocesso civilizatório presente em suas práticas, conquistam cada vez mais eleitores com um discurso em que reivindicam a representação do ideário de uma comunidade nacional homogênea nascida de um passado glorioso e com um futuro a recuperar esse passado de glórias. Esses partidos, na Europa, possuem uma articulação internacional, onde são traçadas alianças e estratégias de ação conjunta, e instituições que os financiam e atuam na formação de novas lideranças, como por exemplo, Aliança Europeia de Movimentos Nacionais; Movimento por uma Europa de Nações e Liberdades; Aliança pela Paz e a Liberdade; Aliança Europeia pela Liberdade (Lowy, 2015, 2019; Olascoaga, 2016).

A seleção da categoria apropriada para caracterizar a natureza política dos atuais partidos de direita e extrema direita está centrada na relação desses partidos com os demais e a ideologia fascista no século XX e com a democracia parlamentar. Há os autores que caracterizam esses partidos como fascistas e acrescentam à palavra os prefixos neo, proto e pós-fascistas e há aqueles que os identificam como populistas de direita, devido ao apelo ao povo e ao traço carismático das lideranças e do programa.

Para Poulantzas (1978), o fascismo não é um fenômeno limitado no tempo e espaço, embora se possa compreendê-lo estudando as experiências da Itália e da Alemanha. O fascismo é considerado um Estado de exceção, do mesmo modo que o bonapartismo e a ditadura militar, conseqüente de uma crise política e de uma ofensiva da burguesia contra os trabalhadores e situado no contexto do capitalismo imperialista. As características do Estado de exceção são:

Supressão dos representantes políticos tradicionais (partidos políticos) das próprias frações do bloco no poder, eliminação do sufrágio, deslocamento do papel dominante, entre os aparelhos de Estado, para o aparelho repressivo (exército em primeiro plano), reforço acentuado do centralismo 'burocrático' do Estado, hierarquização e recuperação dos centros de poder real do Estado e das cadeias de transmissão (Poulantzas, 1976, p. 72-73).

A análise de Poulantzas (1978) se diferencia daquelas que identificam na crise econômica, na qual estavam mergulhados os países (Itália e Alemanha principalmente) após a Primeira Guerra Mundial, a causa principal da eclosão do fascismo, uma vez que outros países da Europa também estavam submetidos aos

mesmos condicionantes econômicos. Poulantzas considera que a compreensão das causas que levam ao fascismo necessita de uma análise das relações entre o campo econômico, político e ideológico. A causa principal do surgimento do fascismo seria a crise política, oriunda do aguçamento das contradições da luta de classes tanto pela disputa de hegemonia no interior do bloco no poder quanto pela luta ofensiva da burguesia contra a classe trabalhadora, que nesse momento estava em situação defensiva. O fator econômico é importante, pela necessidade de se identificar as características do estágio imperialista e a forma como impactou profundamente o nível político e ideológico, na medida em que provocou um reforço no nível de intervenção do Estado capitalista e um acúmulo das contradições no interior do bloco no poder e das contradições da luta de classes. A crise da ideologia dominante presente na conjuntura do fascismo provoca uma “ruptura entre os representantes políticos - partidos e pessoal político da burguesia e os seus representantes ideológicos - os ‘funcionários da ideologia’” (Poulantzas, 1978, p. 84).

O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime “limite” de Estado capitalista. Por caso “limite” não se deve entender aqui, precisamente, uma forma “patológica” do sistema político burguês, ou seja, uma forma que, de algum modo, seria estranha à “democracia parlamentar”; deve entender-se, antes, uma forma devida a uma conjuntura extremamente particular de luta de classes. Esta mesma particularidade não é exaustivamente determinada pelo período de desenvolvimento do capitalismo no qual se situa essa luta de classes. (...) porque é precisamente a uma crise política que corresponde a instauração do fascismo (Poulantzas, 1978, p. 63/64).

A crise política em que se origina o fascismo apresenta traços gerais, que resultam em Estado de exceção, e em traços específicos que caracterizam o fascismo e ocorre pelo aguçamento das contradições da luta de classe no interior do bloco no poder, com “rupturas profundas do sistema institucional, isto é, dos aparelhos de Estado” (Poulantzas, 1978, p. 69). Esse processo não tem desenvolvimento linear e tampouco é estranho às disputas próprias da democracia parlamentar burguesa. O fascismo, porém, atinge a sua vitória quando conquista política e ideologicamente as massas e constrói raízes profundas nas massas populares e operárias.

(...) se é verdade que o fascismo não é estranho à democracia parlamentar, se é também verdade que o Estado burguês - e o sistema capitalista comporta em si mesmo os ‘germes’ do fascismo (como comporta igualmente, e não se pode esquecer-lo, os ‘germes’ da revolução), não é menos verdade que o fascismo não pode ser explicado pelo simples autodesenvolvimento, linear e necessário, destes ‘germes’ até ao seu amadurecimento (exatamente como o não pode ser a revolução) (Poulantzas, 1978, p. 64).

O autor compreende que a implantação do fascismo passa por um processo de “fascização” em cujas etapas do processo de implantação ocorrem as disputas pela hegemonia no interior do bloco no poder, a luta contra a classe trabalhadora, a chegada da fração fascista ao poder de Estado e a consolidação do Estado fascista. O fascismo chega ao poder de Estado pelo processo eleitoral, amparado pela conivência das frações burguesas que afixam sua ação política contra a luta da classe trabalhadora, e abençoado pelo Judiciário, que fecha os olhos à violência e crimes dos fascistas, enquanto condena os militantes antifascistas.

As duas últimas décadas do século XX foram anos de muita agitação política e lutas sociais da classe trabalhadora contra a ofensiva da classe dominante em impor o neoliberalismo como alternativa à crise econômica. Apesar dos diversos enfrentamentos e grandes mobilizações, a classe trabalhadora sofreu profundas perdas em seus direitos sociais e políticos que resultaram no aumento da exploração, da precarização do trabalho e da pobreza. Os sindicatos, afetados pela diminuição da base social acarretada pelo desemprego em massa, perderam capacidade de mobilização e foram neutralizados pela nova regulamentação das relações trabalhistas. Assistiu-se ao crescimento dos movimentos racistas e xenófobos que, no rastro da ideologia neoliberal e da chamada globalização, anunciaram o nacionalismo como forma de proteger os parques postos de trabalho e os recursos do Estado para os povos formadores da nação e de se opor à luta dos povos minoritários, dos direitos humanos, das mulheres, dos negros e a defesa do meio ambiente.

No aspecto político, as classes dominantes responsabilizaram o Estado de Bem-Estar Social pela crise econômica e atacaram a sua capacidade de implementar políticas de proteção social universalizantes. A hegemonia dos representantes das classes dominantes nos aparelhos de Estado conferiu uma derrota às classes trabalhadoras que veem as conquistas sociais e políticas dos anos pós-guerra serem sabotadas pelos partidos políticos ligados aos interesses do capital.

No campo ideológico se assistiu, nessas últimas décadas do século XX, ao crescimento do pensamento conservador que, ancorado pelo neoliberalismo e no rastro da globalização, pavimentou a estrada dos novos partidos e movimentos de caráter fascista. Alguns partidos que hoje alcançaram postos no Parlamento, ou estão à frente de governos, se reorganizaram nesse período.

Quanto à confluência dos estudos, os partidos da extrema direita são caracterizados como nacionalistas, racistas, xenófobos e apresentam como

inimigo comum os imigrantes e a cultura islâmica. Passaram por transformações na sua organização e disciplina interna, modificaram parte de seu programa político para se afastarem da memória negativa do fascismo do século XX, se adaptaram ao regime parlamentar do qual se utilizam para aumentar sua base de apoio. Os líderes desses partidos são carismáticos e lançam mão do discurso populista para manterem o apoio popular. Ao enaltecerem, em determinados momentos, personagens como Mussolini ou Hitler, ou acontecimentos históricos e símbolos ligados os nazifascismo, testam o apoio da opinião pública e quando questionados negam, sem pudores, essa conexão.

Löwy (2019, 2020) não considera que o traço mais marcante e unificador da extrema direita europeia, norte-americana e brasileira seja o populismo. Há muitas diferenças entre estes partidos e lideranças, alguns com traços neofascistas e outros reacionários. Entretanto, os elementos que as unificam são essencialmente o autoritarismo e respectiva defesa da ordem, a presença de uma ideologia repressiva que pode ser visualizada pela apologia da violência e das armas, na defesa da pena de morte, e a intolerância a grupos LGBTQI+.

Rydgren (2017) também nos oferece uma importante contribuição para compreender as particularidades da extrema direita atual e as inconsistências do uso da categoria populista. Na sua opinião, o ponto que os unifica é o nacionalismo étnico a partir do qual objetivam manter a nação cultural e etnicamente homogênea, daí o combate aos imigrantes e refugiados. Por esse motivo não devem ser definidos pela ideologia populista, apesar de a prática populista ser antielitista e influenciar os eleitores.

Rydgren (2017) se aproxima da opinião de Löwy quando chama a atenção para a importância de rotular corretamente os partidos da extrema direita, uma vez que essa ação provoca consequências na disputa política e na compreensão do mundo. Os conceitos e rótulos utilizados pelos cientistas sociais influenciam a linguagem dos jornalistas e são referência para o público em geral no entendimento da realidade.

Para o autor, a extrema direita rejeita o sistema político democrático, os valores universalistas e igualitários embora tente não parecer antidemocrática. A extrema direita parlamentar é hostil à Constituição enquanto a não parlamentar é contra a Constituição. Enxerga nos imigrantes uma ameaça à identidade etniconacional e à segurança social, do mesmo modo que as entidades supranacionais como a União Europeia, as empresas multinacionais e a globalização, por promoverem a universalização e a homogeneização. A extrema direita defende

políticas protecionistas, direcionadas preferencialmente à população nativa configurando “uma visão étnica da cidadania” (Rydgren, 2007, p. 254).

Rydgren (2007) não nomeia os novos partidos de extrema direita como fascistas, no entanto, considera que estão alinhados com essa tradição, em virtude do ultranacionalismo, da defesa da pureza étnica, da exaltação de líderes e intelectuais fascistas do passado.

O processo de fascistização do Brasil: indicações

A busca dos marcos políticos e o referencial teórico para compreender a conjuntura brasileira tem merecido a atenção de muitos cientistas sociais, pressionados pela velocidade com que o Brasil caminhava em direção ao neofascismo. Para Poulantzas (1978, p. 71), o fascismo não se instala no poder abruptamente; há um caminho incerto e irregular a depender das contradições dos processos de luta de classes. Na análise sobre as experiências italiana e alemã, Poulantzas identificou quatro períodos assim indicados por ele: 1. O início do processo de subida ao poder até o ponto de “irreversibilidade; 2. O período do ponto de “irreversibilidade” ao período da tomada do poder; 3. “Primeiro período do fascismo no poder”; 4. Período da estabilização do fascismo no poder

Uma observação, por fim, acerca do ritmo deste processo de fascistização. Trata-se, também aqui, de um processo com um ritmo desigual de desenvolvimento, ritmo escondido pelas formas de acumulação das diversas contradições. Isto não quer dizer que este processo não possa ser rigorosamente dividido em períodos, seguindo o desenvolvimento da luta de classes e as modificações nos aparelhos; quer, sim, dizer que estes períodos apresentam um ritmo - lento, rápido - e uma duração - longa, curta - próprios: a sua articulação é, ela mesma, determinada pelas formas conjunturais da crise política em questão (Poulantzas, 1978, p. 72).

Desde o golpe de 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer foi empossado como presidente da República, que as medidas autoritárias implementadas pelo governo ilegítimo foram indicando que o Brasil caminhava para um claro Estado de exceção. A unidade da direita e o avanço da extrema direita têm como base as políticas neoliberais, que alimentam as bandeiras neofascistas. A classe dominante brasileira em seu projeto neoliberal investiu principalmente em duas direções interdependentes: na hegemonia nos aparelhos parlamentar, executivo e judiciário e na ampliação do apoio das camadas populares. Nesse processo, avançou contra o regime democrático e apostou no Estado autoritário com o reforço do aparelho repressor, capaz de barrar a organização política da classe trabalhadora e em políticas conservadoras de combate aos ideais de igualdade e de diversidade.

O presidente Jair Bolsonaro fez questão de afirmar, em várias entrevistas, que seu governo era conservador e patriótico expresso no slogan “Pátria Amada Brasil”. Iniciou seu governo com grande popularidade⁸, que foi despencando à medida que a economia entrava em crise, o desemprego e os índices de pobreza cresciam, os envolvimento com a milícia e com a corrupção se mostravam mais evidentes e a posição negacionista diante da pandemia do COVID-19 elevava o número de mortes.

As ações e declarações cada vez mais autoritárias e com claro caráter neofascista do presidente da República, provocaram vários pedidos de impeachment⁹, além de fraturas na base social e na aliança política que sustentava seu governo. Ex-aliados foram a público declarar seu afastamento do governo e fazer críticas à política de gestão da pandemia do COVID-19 e ao caráter autoritário das declarações do presidente nas redes sociais. Em julho de 2021, Jair Bolsonaro não contava mais com o apoio, por exemplo, do governador de São Paulo, João Dória, do PSDB, do Movimento Brasil Livre – MBL, um dos principais movimentos liberais de massa que mobilizou multidões em defesa do impeachment de Dilma Rousseff, e de parlamentares do Partido Social Liberal (PSL) do qual se elegeu e que se desfilou¹⁰ em novembro de 2019.

A presença dos militares na disputa política partidária e na administração pública cresceu assustadoramente, principalmente desde o golpe de 2016. O presidente, Jair Bolsonaro, e o vice-presidente, Hamilton Mourão, são militares, e nas eleições de 2020 6.755 militares disputaram as eleições, considerado o maior número nos últimos 16 anos. No governo Bolsonaro 6.157 militares ocuparam cargos civis em diferentes órgãos da administração pública. Segundo Nozaki (2021, p.09) “de 2018 a 2020 aumenta em cerca de 55% a presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à militarização da gestão pública”. Os militares ocuparam 10 ministérios¹¹ e instituições das mais diversas,

8 <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/cnt-md-a-aprovacao-e-popularidade-de-bolsonaro-atingem-os-piores-niveis-desde-o-inicio-do-governo/>

9 Até julho de 2021 foram protocolados 123 pedidos de impeachment contra o presidente Jair Bolsonaro. No chamado super pedido de impeachment estavam reunidos os argumentos dos pedidos anteriores e contou com 46 assinaturas entre parlamentares e representantes de entidades. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/30/veja-a-lista-de-quem-assinou-o-superpedido-de-impeachment-de-bolsonaro.ghtml>

10 Maiores informações em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/11/12/deputados-do-psl-dizem-que-bolsonaro-decidiu-deixar-partido-e-criar-nova-legenda.ghtml>

11 Ministérios ocupados por militares: Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Governo, Secretaria Geral da Presidência, Ciência, Tecnologia e Inovação, Defesa, Infraestrutura, Minas e Energia, Transparência e Saúde (Nozaki, 2021). Na Saúde, o então ministro, general Eduardo Pazuelo, foi exonerado devido à sua total irresponsabilidade na gestão da pandemia de COVID-19 e aos escândalos de corrupção de compra de vacinas contra a COVID-19.

como na área da Educação, da Saúde, na FUNAI, em empresas estatais como Petrobras, Eletrobrás, Itaipu Binacional, Telebrás, Correios e EBSERH.

(...) as forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos (como Infraestrutura; Minas e Energia; Ciência, Tecnologia e Comunicações). Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a CGU; além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde também assumiram o posto de porta-voz da presidência da República. Além da presença na Casa Civil, pela primeira vez ocupada por um militar, e da presença na Saúde, área sensível ao longo da pandemia (Nozaki, 2021, p. 10-11).

Os militares, além da presença massiva na administração pública, foram agraciados com uma série de benesses do governo que lhes conferiu vantagens diante dos servidores civis, principalmente no quesito da proteção trabalhista, social e previdenciária. Não foram, portanto, afetados negativamente pelas reformas da previdência e trabalhista, uma vez que têm sistemas diferenciados em relação aos trabalhadores civis. As Forças Armadas manifestaram total apoio ao governo e de certa forma endossaram as ameaças constantes que o presidente fazia contra a democracia e instituições como o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Essa forte presença no governo federal também tem custado aos militares brasileiros muitos escândalos em processos de abuso de autoridade e de envolvimento com esquemas de corrupção, conforme ficou exposto nas investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Pandemia)¹² que buscou identificar a responsabilidade institucional pelo avanço do número de infectados e de mortes pela COVID-19.

Ameaçar de ruptura institucional constituiu uma prática do presidente as constantes críticas ao seu governo. Sua artilharia se voltou contra uma parte da imprensa por divulgar os índices de desmatamento e de desemprego, contra o Supremo Tribunal Superior Eleitoral ao defender o voto impresso para as eleições de 2022 e empreender uma campanha de desqualificação das urnas eletrônicas. Bolsonaro responde as críticas dos opositores ao seu governo, na maioria das vezes, na sua conta do Twitter. No dia 1º. de julho de 2021 declarou em vídeo: "Estou me

12 Ver mais detalhes em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-09/militares-vaio-de-vitrine-a-vidraca-ao-comandar-postos-chaves-no-ministerio-da-saude-em-meio-a-suspeitas-de-corrupcao-e-caos.ht>.

antecipando a problemas no ano que vem. Como está aí, a fraude está escancarada¹³.

Essas declarações tornaram o clima político no Brasil ainda mais delicado, principalmente porque o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco¹⁴, e o presidente da Câmara de Deputados, Arthur Lira, reafirmaram que repudiavam qualquer ataque às instituições democráticas e garantiriam a realização das eleições em 2022.

Muitos são os exemplos do autoritarismo do presidente Jair Bolsonaro e das medidas governamentais de caráter fascista que ameaçaram os direitos políticos e sociais da população brasileira. A caracterização do governo Jair Bolsonaro como neofascista foi defendida por alguns intelectuais, dentre eles destaque Boito Jr (2019; 2020), Passo & Valle (2020) e Löwy (2020). Para Boito Jr. (2019, online),

No que respeita ao Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas ocupam a posição dominante – lograram, após alguns meses de governo, deslocar o grupo militar para um plano secundário e o grupo militar é propenso a outro tipo de ditadura. O que não temos no Brasil, pelo menos até agora, é um regime político fascista. O regime vigente no Brasil é uma democracia burguesa deteriorada e em crise.

O neofascismo no Brasil ainda não conseguiu organizar um partido político, embora Jair Bolsonaro tenha buscado, sem êxito, fundar o partido ALIANÇA PELO BRASIL. A fração fascista da classe dominante está fragmentada em alguns partidos e movimentos sociais.

Por não possuir organização partidária formal, o neofascismo tem sua representação distribuída de maneira desigual e mais ou menos difusa em partidos como o PSL, o PRB, na bancada evangélica, na Frente Parlamentar da Agropecuária, que tem as vice-presidências do Senado e da Câmara Federal, e também na bancada da bala. Em menor medida, também é possível encontrar representações neofascistas no partido Novo e no Podemos (Passo; Valle, 2020, online).

Löwy (2020), ao caracterizar Bolsonaro, e seu governo, como neofascistas, os vincula ao processo mais amplo de crescimento da extrema direita em âmbito internacional e os compara a líderes como Shinzo Abe, do Japão, Modi, da Índia, Trump, ex-presidente dos Estados Unidos da América, e Orban, da Hungria.

13Ver reportagem em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57726086>

14 Veja declaração do presidente do senado em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/07/09/presidentes-do-senado-e-do-tse-reagem-a-ameacas-de-bolsonaro-as-eleicoes.htm>

Destaca, porém, as diferenças entre o neofascismo e as experiências que resultaram na Segunda Guerra Mundial.

Enquanto que o fascismo clássico propugnava a intervenção massiva do Estado na economia, o neofascismo de Bolsonaro é totalmente identificado com o neoliberalismo, e tem por objetivo impor uma política socioeconômica favorável à oligarquia, sem nenhuma das pretensões “sociais” do fascismo antigo. (...) Outra característica própria ao neofascismo brasileiro é que, apesar de sua retórica ultranacionalista e patrioteira, ele é completamente subordinado ao imperialismo americano, do ponto de vista econômico, diplomático, político e militar. (...) O que Bolsonaro tem em comum com o fascismo clássico é o autoritarismo, a preferência por formas ditatoriais de governo, o culto do Chefe (“Mito”) Salvador da Pátria, o ódio a esquerda e ao movimento operário. Mas não consegue organizar um partido de massas, nem tropas de choque uniformizadas. Tampouco tem condições, *por enquanto*, de estabelecer uma ditadura fascista, um Estado totalitário, fechando o Parlamento e colocando fora da lei sindicatos e partidos de oposição (Löwy, 2020, online).

O que ocorreu no Brasil pós-eleições 2018 foi um processo em que a fração neofascista do bloco político que garantiu a vitória de Jair Bolsonaro assumiu a posição dominante e tem protagonizado as ações de violência contra os grupos marginalizados e as instituições democráticas. A estratégia de Bolsonaro foi controlar as principais instituições do aparelho de Estado com pessoas ideologicamente vinculadas ao projeto da extrema direita. Enquanto distraía a população com o estilo grosseiro, autoritário e declarações racistas, homofóbicas e misóginas avançava em projetos como, por exemplo, a Escola Sem Partido e o FUTURE-SE, que modificavam o caráter do Ensino Médio e Superior. O governo também tratou de se proteger de investigações, através do controle de instituições, como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Advocacia Geral da União e os tribunais superiores. Essa estratégia causou tensões e fraturas no bloco no poder, que se expressou em conflitos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, dando visibilidade às contradições internas. À medida que o caráter fascista se tornava mais evidente e o número de competidores com vista às candidaturas para 2022 aumentava, devido à disputa pelo poder, a divisão entre as frações da classe dominante foi se ampliando e a extrema direita foi se isolando. Entretanto, no campo das reformas neoliberais que precarizam as relações de trabalho e destroem o restrito sistema de proteção social e o

patrimônio nacional, a unidade de ação, de modo especial no Congresso Nacional, se mantinha.

Em termos de representação de interesses de classe, Passo e Valle (2020) sustentam que a ala neofascista tem o apoio da grande burguesia interna vinculada à indústria, ao comércio de varejo e ao agronegócio, cujas expressões estão na Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁵, na articulação chamada Diálogo pelo Brasil, integrada por Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), no movimento chamado Instituto Brasil 200 (IB200) e em empresas de segurança privada. Contudo, as divergências e disputas no interior do bloco no poder podem levar a uma situação-limite de ruptura com o regime democrático.

Considerações finais

A crítica ao governo Bolsonaro que antes estava limitada aos partidos e movimentos sociais da esquerda, se estendeu aos partidos do centro e da direita tradicional. A esquerda concentrou suas forças e esperanças no ex-presidente Lula, por ser considerado o único político capaz de vencer Bolsonaro na disputa eleitoral de 2022, e readquiriu a capacidade de mobilização de rua, paralisada durante o ano de 2020 por causa da pandemia. Vários atos políticos e massivos¹⁶ foram convocados pela Frente Povo Sem Medo, Frente Brasil Popular e Coalizão Negra por Direitos, além da participação do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Todos foram às ruas pelo impeachment de Bolsonaro, pela ampliação da vacinação, em defesa da Educação pública e do Sistema Único de Saúde, pelo auxílio emergencial de R\$ 600 reais e contra as reformas neoliberais, em especial a Proposta de Emenda Constitucional – PEC 32, que trata da reforma administrativa, e o Projeto de Lei (PL) 490/2007¹⁷, que altera os processos de demarcação de terra indígenas. Derrotar o fascismo enraizado na sociedade brasileira deve ser o compromisso de todos/as os/as que lutam por uma sociedade democrática e igualitária.

15 A CNI, a FIESP, as articulações Diálogos pelo Brasil e Brasil 200 encamparam, dentre outras, o discurso nacionalista e de defesa dos interesses nacionais. Estiveram diretamente envolvidos com as manifestações em favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff e contra os governos do Partido dos Trabalhadores.

16 Quadro das manifestações contra Bolsonaro em 2021 está disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/22/nova-manifestacao-contrabolsonaro-e-pela-vacina-esta-confirmada-para-o-24-de-julho>

17 Maiores informações em <https://www.conjur.com.br/2021-jun-28/leandro-facchin-projeto-altera-demarcacao-terras-indigenas>

Referências

- ANTÓN-MELLÓN, J.; HERNÁNDEZ-CARR, A. El crecimiento electoral de la derecha radical populista en Europa: parámetros ideológicos y motivaciones sociales. *Política y Sociedad*, vol. 53, n. 1, 2016.
- BOITO JR, A. *A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista*. 2019. Disponível em https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/?doing_wp_cron=1625843761.6244449615478515625000 Acesso em 09 jul. 2021
- LÖWY, M. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015.
- LÖWY, M. *A extrema-direita: um fenômeno global*. 2019. Disponível em <https://www.esquerda.net/artigo/extrema-direita-um-fenomeno-global/59168>. Acesso em 10 jun. 2021.
- LÖWY, M. *O neofascista Bolsonaro diante da pandemia*. 2020. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia>. Acesso em 09 jul. 2021
- NOZAKI, W. A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? *Caderno da Reforma Administrativa*, n. 20. Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Brasília, 2021.
- OLASCOAGA, O. G. *El extremismo político en Escandinavia... ¿O caso de la socialdemocracia?* Foro Internacional (FI) 234, LVIII, 04, 2018.
- PASSO, O. F. D.; VALLE, A. F. P. *As frações burguesas na crise da covid-19: apontamentos preliminares*. 2020. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/16/artigo-as-fracoes-burguesas-na-crise-da-covid-19-apontamentos-preliminares>. Acesso em 10 jul. 2021
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- POULANTZAS, N. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- RYDGREN, J. The sociology of the radical right. *Annual Review of Sociology*, n. 33, p. 241-262, 2007.
- RYDGREN, J. Radical right-wing parties in Europe. What's populism got to do with it? *Journal of Language and Politics*, vol.16, n. 4, p. 485-496, 2017.
- SILVA, I. G. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. *Lutas Sociais*, vol. 20, n. 36, p. 140-150, 2016.